



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da **T4F Entretenimento S.A.**, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi de grandes feitos para a T4F: apresentamos expressiva recuperação frente à crise global e a pandemia de gripe H1N1, ocorridas no ano de 2009, apresentando um crescimento de 13,5% e 25,5% no número de apresentações e ingressos vendidos, respectivamente. Além disso, a Companhia consolidou-se como a 3ª maior promotora de shows do mundo e foi agraciada pela segunda vez com o prêmio *Top Promoter Internacional* (Melhor Promotora Independente) do *Billboard Touring Awards*. Nesta premiação também fomos indicados na categoria principal - *Top Promoter* - na qual competimos com as duas maiores corporações do setor no mundo (*Live Nation* e *AEG*). O nível de atividade do negócio de promoção de espetáculos cresceu substancialmente em 2010, sendo que realizamos 1.085* eventos, com venda de 2,7* milhões de ingressos. No que tange ao Cirque du Soleil, tivemos o final da terceira temporada - *Quidam* - nas praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Buenos Aires, Santiago do Chile e Lima. Na área de esportes - automobilismo - este ano foi marcado pelo desenvolvimento de mais uma etapa de circuito de rua na categoria Stock Car, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e pela realização de uma nova categoria, o *Mini Challenge*. A Administração inicia o ano de 2011 com confiança no potencial de crescimento da empresa e empenhada em expandir sua atuação tanto em atividades (número de conteúdos) quanto geograficamente.

* Não considera exposições culturais e eventos esportivos.

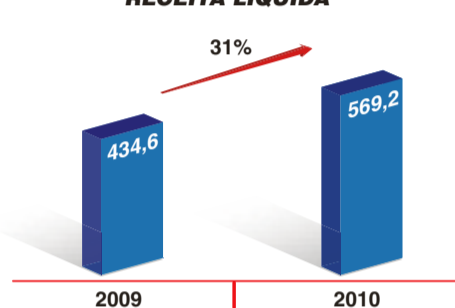
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

No aspecto financeiro, Incrementamos em 129 o número de apresentações em relação a 2009, realizadas em 2009, com um aumento de R\$ 134,6 milhões na receita líquida e um aumento de R\$ 45,5 milhões no EBITDA. Em 2010 nossa margem EBITDA foi de 16,7%, ante uma margem de 10,6% em 2009, indicando ganhos de eficiência a partir de esforços iniciados em 2009. Além disso, possuímos confortável posição de caixa (R\$ 120,9 MM) e dívida líquida de apenas 0,3 vezes o EBITDA. As informações financeiras da Companhia são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em milhares de reais.

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

Em 2010, a receita líquida registrou R\$569,2 milhões, representando um crescimento de 31,0% em relação a 2009. Este crescimento está relacionado ao aumento no número de estádios e peças teatrais, dentre os quais destacam-se: (i) em shows: turnês internacionais das bandas Metallica, Coldplay, Guns'n'Roses, Aerosmith, Bon Jovi, Rush, Jonas Brothers, Paul McCartney, A-Há, Simply Red, The Cranberries, Yanni, Scorpions, dentre outros; (ii) em teatro: as obras de Teatro da Broadway Cats e Mamma Mia!, no Teatro Abril em São Paulo e A Bela e a Fera, no Teatro Ópera Citi em Buenos Aires. Outros fatores positivos devem-se a realização apresentações do Cirque du Soleil em nossas principais praças e pelo com incremento no volume de ingressos vendidos pela internet, *Call Center* e pontos de vendas.

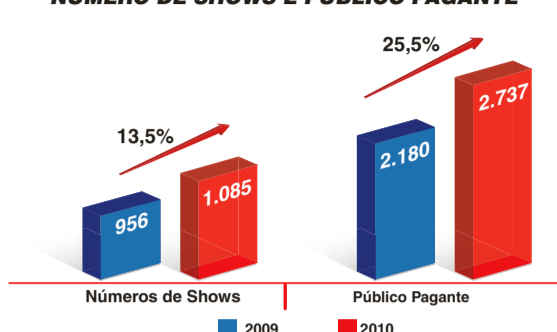
RECEITA LÍQUIDA



NÚMERO DE SHOWS E PÚBLICO PAGANTE

O número de shows e o público pagante cresceram 13,5% e 25,5% em 2010 em relação a 2009, respectivamente. Esse aumento ocorreu principalmente devido à recuperação da economia brasileira, que foi impactada adversamente em 2009 por conta da gripe H1N1 e pela crise financeira mundial, influenciando positivamente o consumo, com impacto direto nos gastos com entretenimento e a oferta de shows no mercado.

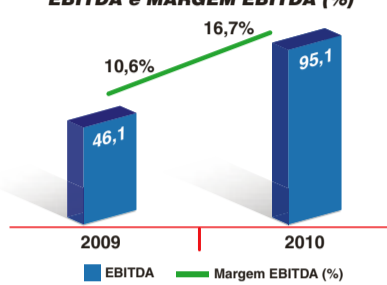
NÚMERO DE SHOWS E PÚBLICO PAGANTE



RESULTADO OPERACIONAL - EBITDA

O resultado operacional em 2010, medido pelo EBITDA, foi de R\$ 95,1 milhões. Este resultado representa um aumento de 106% em relação a 2009, principalmente em função da recuperação no volume de apresentações e esforços para maior eficiência iniciados no ano de 2009 face a crise mundial.

EBITDA e MARGEM EBITDA (%)



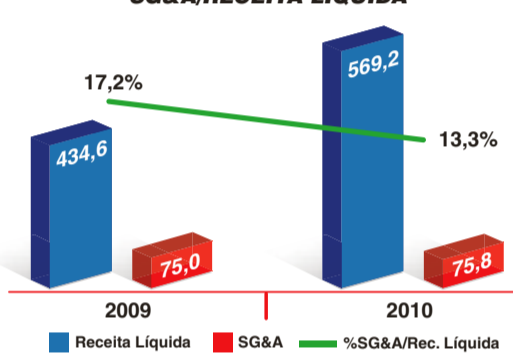
* Nota: EBITDA é uma medida não contábil.

EBITDA (R\$ MM)	2009	2010
Resultado operacional	0,7	68,2
+ Depreciação e amortiz.	15,0	5,0
+ Resultado financeiro	30,4	21,9
EBITDA (i)	46,1	95,1
Margem EBITDA (%)	10,6%	16,7%

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram 1,1%, ou R\$0,8 milhão, passando de R\$75,0 milhões em 2009 para R\$75,8 milhões em 2010. Não houve grande variação entre os anos porém as despesas, como percentual da receita líquida, caíram, passando de 17,2% em 2009 para 13,3% em 2010.

SG&A/RECEITA LÍQUIDA



LUCRO LÍQUIDO

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$40,3 milhões em 2010, comparado a R\$6,0 milhões em 2009 apresentando um crescimento de 571,7%. Nossa margem líquida aumentou 5,7 pontos percentuais que atingiu 7,1% no exercício social de 2010 ante 1,4% no exercício social de 2009.

INVESTIMENTOS

Nossos investimentos consistiram, principalmente, na modernização e melhoria das casas de espetáculos e atualização da infra-estrutura tecnológica. Em 2010, nossos investimentos totalizaram R\$7,1 milhões sendo que em 2009, tais investimentos representaram R\$6,4 milhões.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150 milhões, tendo essa emissão como objetivo a reestruturação da dívida com o pagamento integral do CCB. Em 31 de dezembro de 2010, nosso endividamento total era de R\$150,3 milhões, composto integralmente da debênture emitida, e nosso endividamento líquido era de R\$ 29,3 milhões.

Endividamento (R\$ MM)	2009	2010
Endividamento bruto	146,8	150,3
Caixa e aplicações financeiras	55,2	120,9
Endividamento líquido	91,7	29,3

POLÍTICAS AMBIENTAIS

A Companhia adota medidas em prol do meio ambiente em seus grandes shows, como por exemplo os shows do Rush e Bon Jovi em São Paulo. Apenas nesses dois casos destinamos para reciclagem 1,6 toneladas de latas de alumínio e 220 quilos de plástico, dentre outros. Estes materiais foram recolhidos pela ONG Associação Vira Lata no Estádio do Morumbi e reciclados integralmente, gerando renda para os associados da ONG e dando destino socialmente responsável para o lixo gerado. Além disso, a nossa divisão de eventos esportivos, por meio da Stock Car, realiza ações de responsabilidade socioambiental durante toda a temporada. Dentre elas, destacamos: (i) a neutralização das emissões de carbono de toda a temporada; (ii) o refino de óleo utilizado nas corridas; (iii) a adoção do etanol como combustível oficial da categoria; (iv) a utilização de papel reciclado para a produção de materiais de comunicação.

VALOR PATRIMONIAL E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2,28. De acordo com as normas previstas no estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos anuais, não cumulativos de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2010, os dividendos obrigatórios, a serem pagos durante o exercício de 2011, representam R\$9,6 milhões. Em 30 de abril de 2010, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos referente aos resultados apurados até 2009 no valor de R\$20 milhões, que foi pago aos acionistas em agosto de 2010 na proporção das suas participações no capital social. Além disso, para equilibrar o excesso das reservas de lucros com o capital a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, quando da aprovação das demonstrações financeiras de 2010, proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$27,5 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A T4F Entretenimento S.A. e suas controladas estão alinhadas às melhores práticas de governança corporativa encontradas no mercado, com ênfase na transparência, equidade e responsabilidade corporativa.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento às disposições da Instrução CVM 381, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 2007 para a auditoria de demonstrações financeiras a partir de 2004. A Companhia adota como política atender à regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes às companhias abertas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionados, serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

A Administração da T4F Entretenimento agradece aos seus acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada na Companhia no exercício de 2010. Agradece ainda, de forma especial, a seus colaboradores pelo empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos estabelecidos.

A Administração

São Paulo, 25 de janeiro de 2011

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E DE 2008 E EM 1º DE JANEIRO DE 2008 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO CIRCULANTE	BR GAAP Controladora				IFRS Consolidado				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota explicativa	BR GAAP Controladora				IFRS Consolidado			
	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008			2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
Caixa e equivalentes de caixa	8	69.859	17.595	21.786	95.089	120.934	55.165	92.765	121.708	17	14.776	17.088	17.195	18.541	36.475	37.916	87.652	43.377
Caixa restrito	9	5.655	2.129	—	—	6.595	2.129	—	—	18	19.026	60.004	60.281	29.281	19.026	61.590	60.281	29.647
Contas a receber de clientes	10	34.367	33.300	18.155	37.307	66.097	52.564	69.445	68.622	—	6.267	4.048	4.751	4.063	9.291	6.719	9.144	6.318
Estoques	—	275	305	393	481	1.258	1.675	1.523	2.056	33	2.549	—	—	—	2.549	—	—	—
Impostos a recuperar	11	1.419	5.257	14.831	1.292	14.458	17.958	31.235	10.346	19	8.971	5.853	6.217	5.430	17.423	15.512	22.051	17.851
Adiantamento a fornecedores	12	1.816	17.966	3.589	4.123	4.892	21.499	10.205	4.501	20	86.329	60.192	22.610	73.479	113.290	93.770	36.431	97.012
Despesas antecipadas	13	19.964	11.793	6.766	14.940	34.693	23.670	22.350	22.351	21	3.385	2.007	—	—	3.466	2.007	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	18	—	—	3.855	—	—	—	3.855	—	—	9.175	—	—	6.253	9.616	427	744	6.253
Dividendos a receber de controladas	—	2.538	1.810	910	—	—	—	—	—	14	13.491	34.693	28	25.706	—	—	1.363	—
Outras contas a receber	—	341	201	2.198	15	3.037	3.435	7.181	1.747	—	6.972	4.782	1.973	4.247	7.494	5.080	2.099	4.292
Total do ativo circulante	—	136.234	90.356	72.483	153.247	251.964	178.095	238.559	231.331	22	171.698	188.785	113.409	175.348	219.461	223.546	222.907	216.919
NÃO CIRCULANTE	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19	757	118	354	8.348	831	525	3.142	12.169
Realizável a longo prazo:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18	131.250	85.256	146.062	179.704	131.250	85.256	146.062	179.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	90.166	109.404	109.439	109.711	92.603	113.920	115.935	112.141	22	15.774	19.771	21.931	22.288	21.915	24.897	28.847	27.688
Depósitos judiciais	—	1.876	1.381	1.521	1.168	2.846	2.211	2.430	1.858	29	1.039	2.448	14.502	—	11.114	1.429	2.870	14.719
Despesas antecipadas	13	62	—	—	639	1.043	1.043	2.110	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	18	—	—	7.772	—	—	—	7.772	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Partes relacionadas	14	26.509	30.005	2.788	984	13.064	16.504	808	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do realizável a longo prazo	—	118.613	140.790	121.520	111.863	109.152	133.678	129.055	113.999	20	9.804	11.932	438	941	564	13.117	16.610	4.560
Investimentos em controladas	15.a)	64.482	53.663	74.547	35.915	—	—	—	—	19	1.313	—	—	7.305	1.313	—	2.437	21.875
Imobilizado	16.a)	12.123	12.272	22.140	34.457	23.452	24.807	38.105	48.362	—	—	—	—	—	—	—	—	478
Intangível:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	23	36.462	31.462	31.462	31.462	36.462	31.462	31.462	31.462
Angio na aquisição de investimentos	15.b)	128.717	128.717	129.223	132.217	135.074	135.654	139.489	140.739	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros intangíveis	16.b)	1.944	1.688	1.949	1.021	2.161	2.013	2.669	1.722	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do ativo não circulante	—	325.879	337.130	349.379	315.473	269.839	296.152	309.318	304.822	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL DO ATIVO	—	462.113	427.486	421.862	468.720	521.803	474.247	547.877	536.153	—	131.235	119.294	125.520	71.456	133.218	121.068	128.345	75.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

SALDOS ORIGINALMENTE REPORTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
Ajuste pela adoção inicial do CPC 01 ao CPC 40	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SALDOS AJUSTADOS EM 1º DE JANEIRO DE 2008	—	31.462	3.198	10.815	25.981	—	—	71.456	71.456	4.192	75.648
Lucro líquido do exercício originalmente reportado	—	—	—	—	—	—	13.035	13.035	13.035	—	16.012
Ajuste ao lucro líquido do exercício pela adoção inicial do CPC 01 ao CPC 40	—	—	—	—	—	—	30.875	30.875	30.875	—	30.875
Lucro líquido do exercício ajustado	—	—	—	—	—	—	43.910	43.910	43.910	2.977	46.887
Realização da reserva de reavaliação	—	—	—	—	—	—	4.831	4.831	4.831	—	—
Reserva legal	23	—	2.196	—	(4.831)	—					



T4F ENTRETENIMENTO S.A.
CNPJ: 02.860.694/0001-62

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

Nota explicativa	BR GAAP			IFRS		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	286.539	222.983	268.329	569.179	434.559	596.594
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	(183.875)	(176.998)	(196.240)	(403.214)	(328.544)	(437.371)
LCURO BRUTO	102.664	45.985	72.089	165.965	106.015	159.223
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Vendas	(981)	(654)	(811)	(3.364)	(3.463)	(4.112)
Gerais e administrativas	25	(48.608)	(39.453)	(41.190)	(77.153)	(68.875)
Remuneração dos administradores	14.2	(2.632)	(3.555)	(4.669)	(5.970)	(6.744)
Participação em controladas:						
Resultado da equivalência patrimonial	15	18.199	15.431	40.759	-	-
Reversão de perdas em investimentos	15	-	-	941	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	28	3.899	1.506	4.710	8.192	2.568
LCURO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	72.541	19.260	71.829	90.143	31.062	83.398
RESULTADO FINANCEIRO						
Despesas financeiras	(17.345)	(73.095)	(16.881)	(21.955)	(78.309)	(19.891)
Recargas financeiras	5.428	2.875	52.036	7.578	5.552	56.398
Variação cambial e monetária, líquida	(4.392)	42.807	(59.415)	(7.546)	42.338	(60.035)
LCURO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	56.232	(8.153)	47.569	68.220	643	59.870
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	29	-	-	(8.395)	(6.601)	(13.237)
Diferidos	29	(17.828)	12.019	(3.659)	(19.562)	11.932
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.404	3.866	43.910	40.263	5.974	46.887
LCURO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:						
Acionistas da Companhia	38.404	3.866	43.910	38.404	3.866	43.910
Não controladores	-	-	-	1.859	2.108	2.977
LCURO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$	38.404	3.866	43.910	40.263	5.974	46.887
	23	0,6683	0,6754	0,6683	0,0673	0,7554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	BR GAAP			IFRS		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
LCURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.404	3.866	43.910	40.263	5.974	46.887
Outros resultados abrangentes						
Variação cambial na conversão de operações no exterior	2.712	(3.671)	3.901	2.712	(3.671)	3.901
Total do resultado abrangente do exercício	41.116	195	47.811	42.975	2.303	50.788
Total do resultado abrangente do exercício atribuível a:						
Acionistas da Companhia	41.116	195	47.811	41.116	195	47.811
Não controladores	-	-	-	1.859	2.108	2.977
41.116	195	47.811	42.975	2.303	50.788	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$ e/ou milhares de dólares norte-americanos - US\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entertainment S.A. ("Companhia") tem por objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento no vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos, como teatros, ginásios e estádios. A Companhia administra quatro casas de espetáculos no Brasil: Credicar Hall, Citibank Hall e Teatro Abril, em São Paulo, e Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e uma casa de espetáculos na Argentina: a Teatro Opera Citi. Além de no Brasil, as operações incluem eventos na Argentina e no Chile, através das controladas, e no Peru. Em agosto de 2008, a Companhia assinou com a Live Nation Worldwide, a maior empresa de entretenimento no vivo do mundo, um contrato que engloba: (a) não competição; (b) agendamento de shows; e (c) exclusividade para os concertos internacionais com os artistas por esta geradora. O contrato cobre o território da América do Sul (exceto Colômbia) e tem duração de sete anos. Com esse contrato a Companhia se beneficia do aumento de seu portfólio de conteúdos, alcançando seus negócios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS. • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de informações, lado a lado.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos CPC 15 - Combinação de Negócios a CPC 40 - Instrumentos Financeiros. Os efeitos da adoção das IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 5. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito na nota explicativa nº 3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

a) Principais gerais: Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representando desses créditos, o qual é ajustado pelo método de custo amortizado, reduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques: Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Despesas antecipadas: Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado do exercício à medida que os correspondentes eventos, shows e espetáculos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor presente não é recuperável.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes: Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

g) Investimentos: Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em propriedades de terceiros, as quais estão sendo depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor. Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia efetuou reavaliação do ativo imobilizado em 2006, o custo atribuído ("deemed cost") do ativo imobilizado não difere dos valores contábeis registrados nas demonstrações financeiras.

i) Reserva de reavaliação: Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros (prejuízos) acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 29. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e sua controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007.

j) Aquisições de controladas - ágio: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS: Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos. Em atendimento às Instruções CVM nº 319/09 e nº 349/09, a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSP Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSP"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSP foi baixado por meio de provisão na própria ADTSP. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão ocorrerá somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

k) Outros intangíveis: Refere-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado do exercício.

l) Redução do valor recuperável e ágio (excluído ágios): Condição o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio nas quais o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possui ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos: No final de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e as despesas antecipadas, a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação. No final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos bens do imobilizado e do intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda do valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de determinar a extensão da perda do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável. O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atualização do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada. Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

n) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. E quando passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação cambial ou remunciação e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

o) Debêntures: São registradas pelo valor nominal, acrescido dos respectivos encargos, os quais são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

p) Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

q) Provisão: Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

r) Adiantamentos de clientes: Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, "merchandising" e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do período à medida que os serviços forem prestados.

s) Reconhecimento de receita: Receita de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos. As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via Internet ou pelo telefone, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência dos ingressos. As receitas provenientes de contratos de "naming rights" referem-se à nomeação das casas de espetáculos e não circulantes no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência dos contratos. As receitas provenientes de contratos de patrocínio são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outros.

Recita de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e "merchandising" são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	BR GAAP			IFRS		
	2010	2009	2008	2010	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do exercício	38.404	3.866	43.910	40.263	5.974	46.887
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:						
Equivalência patrimonial	15	(18.199)	(15.431)	(40.759)	-	-
Reversão de perdas em investimentos em controladas	15	-	-	(941)	-	-
Depreciação e amortização	16	2.536	12.245	14.392	4.966	15.024
Custo residual de ativo imobilizado baixado		136	1.031	252	2.865	1.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos		17.828	(12.019)	3.659	19.562	(11.932)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		17.801	25.420	31.620	17.244	9.846
Pagamentos baseados em ações		2.549	-	-	2.549	-
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		(1.807)	(2.058)	(4.091)	(259)	(2.165)
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa		(220)	345	34	650	1.608
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:						
Contas a receber de clientes		(847)	(15.490)	19.118	(15.370)	15.273
Estoques		30	88	88	404	(152)
Adiantamento a fornecedores		3.838	9.974	(13.539)	2.552	13.277
Outras contas a receber		16.150	(14.377)	534	16.329	(11.294)
Depósitos judiciais		(140)	489	(1.424)	137	3.145
Despesas antecipadas		(495)	140	(353)	(635)	219
Fornecedores		(8.233)	(5.027)	8.174	(11.798)	(253)
Impostos e contribuições a recolher		(2.359)	(111)	(4.251)	74	(49.740)
Salários, provisões e encargos sociais		990	(1.828)	661	(588)	(7.447)
Adiantamentos de clientes		2.219	(703)	688	(2.732)	(2.424)
Outras obrigações e contas a pagar		(1.508)	(358)	(410)	(2.407)	(3.731)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		96.123	23.378	(812)	101.171	31.992
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido recebido pela venda da controlada Motivare S.A.		-	1.510	1.563	-	1.563
Baixa de ágios das controladas B.A. Inversões S.A. e T4F Inversões S.A., decorrente da reorganização societária pelo pagamento da Pop Art e da Ticketnet		-	506	1.542	-	506
Aumento de capital em controladas		-	(2.290)	-	-	-
Dividendos recebidos de controladas		9.365	4.073	5.241	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(2.733)	(3.143)	(3.260)	(7.063)	(6.545)
Redução de capital em controladas		-	26.719	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		6.632	27.375	5.086	(7.063)	(4.529)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Participações		(17.988)	22.717	(27.482)	3.440	(735)
Pagamento de dividendos		(20.000)	-	-	(21.536)	(2.679)
Contratação de empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	1.586
Aquisição de novas ações da controlada Vicar		-	(7.219)			



T4F ENTRETENIMENTO S.A.
CNPJ: 02.860.694/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$ e/ou milhares de dólares norte-americanos - US\$, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita: Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato.

5. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Modificações à IFRS 1	Modificações à IFRS 7	IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Modificações à IAS 12	Modificações à IAS 32	Modificações à IFRIC 14
<i>Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais</i>	<i>Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs</i>	<i>Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros</i>	<i>Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes Quando o Ativo é Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 407</i>	<i>Classificação de Direitos</i>	<i>Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento</i>
Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

A Administração da Companhia entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras consolidadas nas datas exigidas podem ter algum efeito sobre os dados reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

6. EFEITO DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

6.1. Efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas: 6.1.1. Aplicação das IFRSs: As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, como descrito na nota explicativa nº 2.1., são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 3 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2008. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas a seguir.

6.1.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores:

Efeitos da adoção das IFRSs no balanço patrimonial consolidado

ATIVO CIRCULANTE	Nota explicativa	2009		2008		1º de janeiro de 2008	
		Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS
Caixa e equivalentes de caixa	8	55.165	-	55.165	92.765	-	92.765
Caixa restrito	9	2.129	-	2.129	-	-	-
Contas a receber de clientes	10	52.564	-	52.564	69.445	-	69.445
Estoques		1.675	-	1.675	1.523	-	1.523
Impostos a recuperar	11	17.958	-	17.958	31.235	-	31.235
Adiantamento a fornecedores	12	21.499	-	21.499	10.205	-	10.205
Despesas antecipadas	13	23.670	-	23.670	22.350	-	22.350
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	29	7.272	(7.272)	-	16.876	(16.876)	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	3.855	-	3.855
Outras contas a receber		3.435	-	3.435	7.181	-	7.181
Total do ativo circulante		185.367	(7.272)	178.095	255.435	(16.876)	238.559
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo:							
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	29	106.648	7.272	113.920	99.059	16.876	115.935
Depósitos judiciais (e)		1.689	522	2.211	2.090	340	2.430
Despesas antecipadas	13	1.043	-	1.043	2.110	-	2.110
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	7.772	-	7.772
Partes relacionadas	14	16.504	-	16.504	808	-	808
Total do realizável a longo prazo		125.884	7.794	133.678	111.839	17.216	129.055
Investimentos em controladas	15.a)	-	-	-	-	-	-
Imobilizável	16.a)	24.807	-	24.807	38.105	-	38.105
Intangível:							
Ágio na aquisição de investimentos	15.b)	111.442	24.212	135.654	108.413	31.075	139.489
Outros intangíveis	16.b)	2.013	-	2.013	2.669	-	2.669
Total do ativo não circulante		264.146	32.006	296.152	261.026	48.291	309.318
TOTAL DO ATIVO		449.513	24.734	474.247	516.561	31.415	547.877

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2009		2008		1º de janeiro de 2008	
		Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS
Fornecedores	17	37.916	-	37.916	87.652	-	87.652
Empréstimos e financiamentos	18	61.590	-	61.590	60.281	-	60.281
Salários, provisões e encargos sociais		6.719	-	6.719	9.144	-	9.144
Impostos e contribuições a recolher	19	15.512	-	15.512	22.051	-	22.051
Adiantamentos de clientes	20	93.770	-	93.770	36.431	-	36.431
Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	21	2.007	-	2.007	-	-	-
Dividendos a pagar	23.b)	427	-	427	744	-	744
Partes relacionadas	14	-	-	-	1.363	-	1.363
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (e)	22	-	-	-	2.099	-	2.099
Outras obrigações		525	-	525	3.142	-	3.142
Total do passivo circulante		218.466	-	218.466	222.907	-	222.907
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	18	85.256	-	85.256	146.062	-	146.062
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (e)	22	29.455	522	29.977	28.507	340	28.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	2.870	-	2.870	14.719	-	14.719
Impostos e contribuições a recolher	19	16.610	-	16.610	4.560	-	4.560
Adiantamentos de clientes	20	-	-	-	2.437	-	2.437
Outras obrigações		-	-	-	-	-	478
Total do passivo não circulante		134.191	522	134.713	196.285	340	196.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23						
Capital social		31.462	-	31.462	31.462	-	31.462
Reserva legal		4.043	1.544	5.587	3.850	1.544	5.394
Reserva de reavaliação		1.941	-	1.941	5.984	-	5.984
Reserva de retenção de lucros		57.194	22.910	80.104	49.478	29.331	78.809
Lucros acumulados		-	-	-	-	-	25.981
Ajustes de avaliação patrimonial		442	(242)	200	3.670	200	3.871
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		95.082	24.212	119.294	94.444	31.075	125.520
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas (c)		1.774	-	1.774	2.825	-	2.825
Total do patrimônio líquido consolidado		96.856	24.212	121.068	97.269	31.075	128.345
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		449.513	24.734	474.247	516.461	31.415	547.877

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração do resultado consolidada

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota explicativa	2009		2008	
		Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	24	434.559	-	434.559	596.594
LUCRO BRUTO		(328.544)	-	(328.544)	(437.371)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		106.015	-	106.015	159.223
Vendas		(3.463)	-	(3.463)	(4.112)
Gerais e administrativas		(71.436)	-	(71.436)	(70.688)
Remuneração dos administradores		(2.622)	-	(2.622)	(4.931)
Amortização de ágio		-	-	-	(31.123)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	2.568	-	2.568	4.154
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		31.062	-	31.062	30.875
ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	27				
Despesas financeiras		(78.309)	-	(78.309)	(19.891)
Receitas financeiras		5.552	-	5.552	56.398
Varição cambial e monetária, líquida		42.338	-	42.338	(60.035)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		643	-	643	28.995
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	29	(6.601)	-	(6.601)	(13.237)
Diferidos	29	11.932	-	11.932	254
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		5.974	-	5.974	16.012
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas da Companhia		5.974	-	5.974	16.012
Não controladores		(2.108)	-	(2.108)	(2.977)
		3.866	-	3.866	13.035

Reconciliação do patrimônio líquido consolidado

	2009		2008	
	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	95.082	-	94.444	-
Reversão da amortização do ágio (a)	31.123	-	31.123	-
Redução do ganho na alienação de investimentos	(248)	-	(248)	-
Varição cambial na conversão de operações no exterior	(242)	-	201	-
Ágio na aquisição de participação societária de acionistas não controladores (b)	(6.421)	-	-	-
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores de acordo com as IFRSs	119.294	-	125.520	-
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido inicial das controladas (c)	4.192	-	4.192	-
Participação dos acionistas não controladores no lucro dos exercícios de 2009 e de 2008 (c)	5.085	-	2.977	-
Dividendos a acionistas não controladores (c)	(6.705)	-	(4.344)	-
Aquisição de participação societária, pela controladora, de acionistas não controladores (b)	(798)	-	-	-
Total do patrimônio líquido consolidado de acordo com as IFRSs	121.068	-	128.345	-

Reconciliação do resultado consolidado

	2009	2008
Resultado do exercício de acordo com as práticas contábeis anteriores	3.866	13.035
Reversão da amortização do ágio (a)	-	31.123
Redução do ganho na alienação de investimentos	-	(248)
Resultado do exercício consolidado de acordo com as IFRSs	3.866	43.910

Principais efeitos da adoção das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa consolidada

	2009		2008	
	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.992	-	31.992	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.529)	-	(4.529)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(79.489)	-	(79.489)	-

Notas às reconciliações: A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações financeiras em IFRS foi 1º de janeiro de 2008. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e resultado, refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas internacionais de contabilidade e eliminando todos aqueles que não atendem aos critérios de reconhecimento das normas. Na preparação das demonstrações financeiras na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1, conforme descrito a seguir: • **Combinações de empresas:** A Companhia optou por não repressar as aquisições de empresas ocorridas antes da data de transição para IFRS de acordo com a IFRS 3 - Combinações de Negócios (equivalente ao CPC 15). Portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2008 foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. • **Classificação dos instrumentos financeiros:** A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (equivalente ao CPC 39) e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) na data de transição, não sendo realizadas análises retroativas para os instrumentos financeiros vigentes na data de transição, a partir da data original de sua contratação.

• Reconciliação das diferenças entre as práticas contábeis anteriores e as IFRSs:

a) Reversão da amortização do ágio: De acordo com o BR GAAP, até 31 de dezembro de 2008 os ágios foram amortizados linearmente com base em rentabilidade futura. De acordo com o CPC 01, os ágios foram submetidos ao teste de "impairment", com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia realizou os testes de "impairment", os quais não indicaram eventuais perdas a serem reconhecidas. De acordo com as IFRSs, o ágio deve ser testado para "impairment" anualmente. O teste para "impairment" deve ser conduzido com mais frequência caso novos fatos ou novas circunstâncias indiquem que as condições que suportavam o ágio tenham sido afetadas negativamente. Como resultado da aplicação desse CPC, houve um acréscimo no saldo do intangível no montante de R\$31.123 com os correspondentes aumentos no mesmo ano nos saldos de patrimônio líquido e no resultado do exercício.

b) Aquisição de participação de acionistas não controladores: De acordo com o BR GAAP, as aquisições de participações adicionais devem ser reconhecidas como um adicional de ágio pela aquisição da controlada. A Companhia registrou um adicional do ágio conforme nota explicativa nº 15.b)(i). De acordo com a IFRS 3 (revisada em 2008), uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco um ganho ou uma perda sobre algum decréscimo de participação. Consequentemente, a aquisição de participação de acionistas minoritários da Vicar Promoções Desportivas S.A., descrita na nota explicativa nº 15.b)(i), gerou uma redução no patrimônio líquido em IFRS no montante de R\$6.421.

c) Participação de acionistas não controladores: De acordo com o BR GAAP, a parcela dos investimentos em controladas em poder de acionistas não controladores é apresentada em um grupo destacado no balanço patrimonial, imediatamente antes do patrimônio líquido e em rubrica específica anterior ao lucro líquido na demonstração do resultado. De acordo com as IFRSs, nas demonstrações consolidadas, a parcela referente aos acionistas não controladores deve ser destacada, mas tratada como parte do patrimônio líquido.

Em razão dessa reclassificação, o patrimônio líquido foi aumentado em R\$1.774 em 2009 e R\$2.825 em 2008. De acordo com o BR GAAP, o resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do exercício pelo número de ações existentes do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de resultado por ação diluído. Até 2009, ainda não existe a obrigatoriedade de ajustar as cifras de períodos anteriores por desdobramento ou agrupamento de ações ou transações similares.

d) Imposto de renda diferido: De acordo com as IFRSs, os impostos diferidos são apresentados no ativo não circulante. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresentava os impostos diferidos ativos, cuja expectativa de realização é de curto prazo, no ativo circulante.

e) Depósitos judiciais: De acordo com as IFRSs, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo, por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos de acordo com a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

6.2. Efeitos da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais: 6.2.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil: Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os Pronunciamentos e respectivas Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 3 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2008. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 43, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado que a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37 (R1). Para isso, a Companhia efetuou nas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 6.1.2. Tal procedimento foi adotado a fim de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e



T4F ENTRETENIMENTO S.A.
CNPJ: 02.860.694/0001-62



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$ e/ou milhares de dólares norte-americanos - US\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Reconciliação do resultado individual

Resultado do exercício de acordo com as práticas contábeis anteriores
Reversão da amortização do ágio (a)
Redução do ganho na alienação de investimentos
Resultado da equivalência patrimonial
Resultado do exercício individual de acordo com novas práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP

	2009	2008
	3.866	13.035
	-	29.958
	-	(248)
	-	1.165
	<u>3.866</u>	<u>43.910</u>

Principais efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração dos fluxos de caixa individual

	2009		2008	
	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS	Práticas contábeis anteriores	Efeitos da transição para IFRS
	23.378	- 23.378	(812)	(812)
	27.375	- 27.375	5.086	- 5.086
	(54.944)	- (54.944)	(77.577)	- (77.577)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Notas às reconciliações
Vide nota explicativa nº 6.1.2.

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e todas as demais movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerando um valor próximo da taxa cambial vigente na data das respectivas transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	2010		2009		2008	
	Participação	- %	Participação	- %	Participação	- %
Controladas diretas						
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
T4F Inversões S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00
Controladas indiretas						
T4F Entretenimentos S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações em controladas que não resultem em perda do controle por parte da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de acionistas não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferido diretamente para a rubrica "Lucros acumulados", conforme requerido pelas IFRS aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros. Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS)			
	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
Caixa e bancos	787	708	1.090	2.339	29.479	22.041	18.067	17.909
Aplicações financeiras:								
Fundo de Investimento Multimercado (a)	-	-	-	-	5.076	3.998	24.619	6.191
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	10.619	16.887	-	47.436	15.613	28.016	2.035	50.285
Operação compromissada DI (c)	58.453	-	20.696	45.314	70.766	1.110	44.852	47.323
Fundos de renda fixa	-	-	-	-	-	-	3.192	-
Total	69.859	17.595	21.786	95.089	120.934	55.165	92.765	121.708

(a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e rentabilidade média de 8,5% ao ano (8,5% ao ano em 2009 e 9,4% ao ano em 2008).
(b) CDBs a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 98% a 101% (98% a 101% em 31 de dezembro de 2009 e 101,7% a 102,2% em 31 de dezembro de 2008) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
(c) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 99% a 102,2% (100% a 102,2% em 31 de dezembro de 2009 e 100,6% a 105,3% em 31 de dezembro de 2008) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

9. CAIXA RESTRITO

Referem-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, mantidos em nome da controladora ou suas controladas no Banco do Brasil S.A. e vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 21), remunerados por taxa média de juros equivalente a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, os recursos captados não estavam aplicados, pois ainda não estavam disponíveis para tanto.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostos por:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS)			
	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
Cientes faturados (i)	6.580	7.438	5.883	6.236	23.302	21.629	33.783	19.934
Bilhetaria (ii)	19.797	13.087	8.251	25.741	36.488	23.774	35.865	40.550
Patrocinios, suites e camarotes a faturar (iii)	8.127	13.132	4.033	5.445	8.414	14.084	5.112	11.492
Total das contas a receber	34.504	33.657	18.167	37.422	68.204	59.487	74.760	71.976
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(137)	(357)	(12)	(115)	(2.107)	(6.923)	(5.315)	(3.354)
Total	34.367	33.300	18.155	37.307	66.097	52.564	69.445	68.622

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínio, suites e camarotes e "naming rights".
(ii) Contas a receber originado pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.
(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suites e camarotes.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS)			
	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
A vencer:	33.714	32.705	17.996	35.844	49.082	44.264	51.221	55.485
Vencidas:								
Há 30 dias	636	192	98	1.419	14.777	4.642	6.430	8.346
De 31 a 60 dias	17	3	25	33	1.289	941	2.646	405
De 61 a 90 dias	-	400	36	11	672	780	2.653	2.364
De 91 a 180 dias	-	357	5	2	234	945	6.564	125
Há mais de 180 dias	137	-	7	113	2.150	7.915	5.246	5.251
Total das contas a receber	34.504	33.657	18.167	37.422	68.204	59.487	74.760	71.976

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto, a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva do recebimento se concretizar; e (iv) histórico do cliente.

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS)
Saldos em 1º de janeiro de 2008	115	3.354
Adições	88	4.725
Reversões e baixas	(191)	(2.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	12	5.315
Adições	477	2.922
Reversões e baixas	(132)	(1.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	357	6.923
Adições	545	2.744
Reversões e baixas (*)	(765)	(7.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	137	2.107

(*) Em 2010 foi contabilizada pelas controladas na Argentina a baixa de títulos vencidos há mais de 180 dias contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que correspondem a R\$5.466, sem efeito no resultado. Tal baixa ocorreu porque para esses títulos foram esgotadas as alternativas de cobrança, sem recuperação de valores.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS)			
	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
IRPJ/CSLN - antecipações	34	2.958	3.311	-	5.047	6.479	6.955	2.140
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.129	1.275	2.631	743	1.547	1.830	3.114	2.202
PIS a recuperar	-	-	3.731	51	39	60	3.902	204
COFINS a recuperar	-	-	4.870	408	180	264	5.641	1.114
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	-	-	868	2.350	4.346	2.261
Imposto sobre faturamento (*)	-	-	-	-	4.562	5.004	5.678	1.699
Outros	256	1.024	288	90	2.215	1.971	1.599	726
Total	1.419	5.257	14.831	1.292	14.458	17.958	31.235	10.346

(*) Imposto sobre ingressos brutos, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação dá-se à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

12. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS)			
	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
Eventos, shows e espetáculos contratados (*)	1.251	17.427	2.111	4.062	4.054	20.909	8.479	4.433
Outros	565	539	1.478	613	838	590	1.726	68
Total	1.816	17.966	3.589	4.123	4.892	21.499	10.205	4.501

(*) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá quando da respectiva realização.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se principalmente a valores desembolsados com antecedência para a realização de eventos, shows e espetáculos ("eventos"), substancialmente representados por cachês aos artistas e aparatos da produção dos shows, sendo apropriados ao resultado do exercício à medida que os eventos ocorrem.

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS)			
	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
Eventos, shows e espetáculos contratados	19.531	11.487	6.492	14.901	32.494	23.926	23.864	22.227
Outros	495	306	274	39	2.838	787	596	124
Total	20.026	11.793	6.766	14.940	35.332	24.713	24.460	22.351
Circulante	19.964	11.793	6.766	14.940	34.693	23.670	22.350	22.351
Não circulante	62	-	-	-	639	1.043	2.110	-

As parcelas para a apropriação no resultado, para os eventos, shows e espetáculos contratados, têm a seguinte composição:

	Consolidado (IFRS)	
	2010	2009
	13.125	1.717
	15.196	1.717
	1.831	825
	625	625
Total	32.494	5.884

14. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

14.1. Transações com empresas do Grupo

a) 31 de dezembro de 2010

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Despesa financeira	Receita financeira
T4F Entretenimentos Argentina S.A. (i)	1.241	-	(2.099)	3.381
T4F Inversões S.A. (ii)	11.783	-	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	11.360	-	(46)	2.698
B.A. Inversiones S.A.	484	-	-	-
Fernando Luiz Alterio (iii)	-	-	(24)	317
Área Marketing Brasil Ltda. (v)	452	-	-	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	120	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	-	13.371	(2.421)	3.371
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	969	-	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	119	-	-	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	101	-	-	-
Total	26.509	13.491	(4.590)	9.767



T4F

TIME FOR FUN

T4F ENTERTENIMENTO S.A.
CNPJ: 02.860.694/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$ e/ou milhares de dólares norte-americanos - US\$, exceto quando de outra forma mencionado)

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, "merchandising" e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços são prestados.

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS)			
	2010	2009	2008	2010	2009	2008	2008
Contratos de "naming rights" (a)	1.124	3.081	4.402	5.756	1.715	3.661	5.028
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1.)	32.422	20.003	11.581	14.690	35.296	24.551	23.686
Eventos privados (b.2.)	336	3.325	4.399	950	1.565	3.729	4.622
Vendas antecipadas de ingressos (c)	52.447	33.783	2.228	52.083	73.231	61.829	3.095
Intermediação de shows	–	–	–	–	1.483	–	–
Comunicação	–	–	–	–	–	–	1.300
Passivo circulante	86.329	60.192	22.610	73.479	113.290	93.770	36.431
Contratos de "naming rights" (a)	–	–	–	7.305	–	–	258
Patrocínios - suítes e camarotes (b.1.)	1.313	–	–	–	1.313	–	2.179
Passivo não circulante	1.313	–	–	7.305	–	–	2.437

(a) **Contratos de "naming rights"**: Consistem em contratos de patrocínio, cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. (b) **Contratos de cessão de espaço**: (b.1.) Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, geralmente a empresas, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público em geral, por período determinado, e mediante pagamento de determinado valor por tal uso. (b.2.) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor. (c) **Vendas antecipadas de ingressos**: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

21. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Lei Rouanet: A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99. Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta-corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura, apresentados na rubrica "Caixa restrito", conforme descrito na nota explicativa nº 9. A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação da Companhia de aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto. O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora (BR GAAP)	Nº Pronac	Valor aprovado	31/12/10	31/12/09
A Bela e a Fera	08 10063	183	–	183
Grande Ballet Moscou	09 0576	1.867	–	1.744
Cats - O Musical	09 5007	6.155	253	80
Mamma Mia	09 7620	13.396	–	3.132
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	10 5152	2.808	–	–
Slava's	09 6299	3.231	40	–
Stomp	09 4969	2.093	41	–
Total		29.733	3.385	2.007

Consolidado (IFRS)	Nº Pronac	Valor aprovado	31/12/10	31/12/09
A Bela e a Fera	08 10063	183	–	183
Grande Ballet Moscou	09 0576	1.867	–	1.744
Cats - O Musical	09 5007	6.155	253	80
Mamma Mia	09 7620	13.396	–	3.132
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	10 5152	2.808	–	–
Slava's	09 6299	3.231	40	–
Stomp	09 4969	2.093	41	–
Total		29.733	3.466	2.007

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora (BR GAAP)	31/12/09	Adições	Baixas	31/12/10
A Bela e a Fera	183	82	(265)	–
Grande Ballet Moscou	1.744	226	(1.970)	–
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	80	11.962	(11.789)	253
Mamma Mia	–	4.984	(1.852)	3.132
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	–	416	(416)	–
Total	2.007	17.670	(16.292)	3.385

Consolidado (IFRS)	31/12/09	Adições	Baixas	31/12/10
A Bela e a Fera	183	82	(265)	–
Grande Ballet Moscou	1.744	226	(1.970)	–
Cats - O Musical	80	11.962	(11.789)	253
Mamma Mia	–	4.984	(1.852)	3.132
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	–	416	(416)	–
Slava's	–	3.231	(3.191)	40
Stomp	–	2.093	(3.699)	41
Total	2.007	24.641	(23.182)	3.466

Controladora (BR GAAP)	31/12/09	Adições	Baixas	31/12/10
A Bela e a Fera	–	2.050	(1.867)	183
Grande Ballet Moscou	–	1.867	(1.23)	1.744
Cats - O Musical	–	80	–	80
Total	–	3.997	(1.990)	2.007

Consolidado (IFRS)	31/12/09	Adições	Baixas	31/12/10
A Bela e a Fera	–	82	(265)	–
Grande Ballet Moscou	–	226	(1.970)	–
Cats - O Musical	–	11.962	(11.789)	253
Mamma Mia	–	4.984	(1.852)	3.132
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	–	416	(416)	–
Slava's	–	3.231	(3.191)	40
Stomp	–	2.093	(3.699)	41
Total	–	24.641	(23.182)	3.466

Controladora (BR GAAP)	31/12/09	Adições	Baixas	31/12/10
A Bela e a Fera	–	2.050	(1.867)	183
Grande Ballet Moscou	–	1.867	(1.23)	1.744
Cats - O Musical - Rio de Janeiro	–	80	–	80
Total	–	3.997	(1.990)	2.007

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em certas contingências, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos baseado-se nas avaliações de risco de perda provável. A Companhia mantém, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., contratos em que este se responsabilizou por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos antes do 1º de dezembro de 2000 (nesse caso, a acionista CIE será responsável por 100%) e entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007 (nesse caso, a CIE será responsável por 85% e Fernando Luiz Alterio por 15%, ou, se as participações societárias a época do fato gerador da referida contingência forem diferentes de 85% e 15%, a responsabilidade de tais acionistas será devida na proporção das respectivas participações então detidas), que resultem em perdas definitivas e com desembolsos para a Companhia, desde que tais perdas excedam o montante de US\$5 milhões, respeitadas as condições do citado contrato. Não obstante, a CIE é, nos termos do contrato de subscrição de ações, 100% responsável por contingências de qualquer natureza relacionadas às controladas localizadas na Argentina e no Chile que tenham fato gerador anterior a 14 de maio de 2007, considerando os acontecimentos ocorridos dessa natureza até 31 de dezembro de 2010 e em atendimento ao referido contrato, a CIE Internacional S.A. de C.V. tem a responsabilidade de pagar o valor de US\$1.497,00 a acionista controladora Fernando Luiz Alterio não tem débitos com a Companhia. Adicionalmente, a Companhia possui uma garantia incondicional de pagamento, integral e à vista, em fiança constituída de acordo com as leis do Distrito Federal do México, outorgada por Corporación Interamericana de Entretenimento, S.A.B. de C.V., uma companhia mexicana de capital aberto, controladora da CIE Internacional S.A. de C.V., que poderá ser executada pela Companhia a qualquer tempo, caso a obrigação de pagar as referidas perdas indenizáveis, previstas nos contratos de compra e venda, e de subscrição de ações, não seja cumprida pela CIE Internacional S.A. de C.V.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

Controladora (BR GAAP)	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
Trabalhistas	14.210	17.722	19.268	20.773
Cíveis	5.895	3.266	405	280
Tributárias	2.641	3.565	4.231	5.482
Total	22.746	24.553	23.904	26.535
Circulante	6.972	4.782	1.973	4.247
Não circulante	15.774	19.771	21.931	22.288

Consolidado (IFRS)	2010	2009	2008	1º de janeiro de 2008
Trabalhistas	14.797	18.159	20.266	21.210
Cíveis	7.14	4.176	1.448	1.461
Tributárias	6.898	7.642	9.232	9.309
Total	29.409	29.977	30.946	31.980
Circulante	7.494	5.080	2.099	4.292
Não circulante	21.915	24.897	28.847	27.688

22.1. Processos tributários: A Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais contingências tributárias classificadas como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$26.646 (R\$19.905 e R\$50.402 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente). Entre os processos tributários que representam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes: **a)** Processos relativos a ISS: a maioria dos processos tributários, sejam judiciais ou administrativos, envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais, cujo montante global desses processos, em 31 de dezembro de 2010, classificados como perda provável, é de aproximadamente R\$22 e como perda possível o montante aproximado de R\$7.267. Em todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviço para ingressos, cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços. **b)** A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, para cujo processo se discute o valor de R\$7.360, e que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL decorrentes de: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuintes e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda é possível. **c)** A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, em que se discute o valor de R\$2.279, e que decorre, em suma, da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de 75% e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda é possível. **d)** Em dezembro de 2010, a Vicar Promoções Desportivas S.A., controlada da Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal de Campinas - SP, em que se discute o valor de R\$1.704, e que decorre, em suma, da cobrança de valores de IRPJ e CSLL decorrentes de: (i) insuficiência ou falta de recolhimento de estimativas mensais apuradas com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução, referente aos anos-calendário 2005 e 2006; e (ii) cobrança de multa isolada para todos os meses envolvidos. Os valores relativos ao ajuste do ano-calendário 2006, multa de mora (20%) e juros foram pagos durante a fiscalização. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda é provável, no que concerne a diferença entre o valor pago de multa de mora (20%) e o valor pago de multa de ofício (75%), e multa isolada referente a 2005, no valor aproximado de R\$396, e remota, no que concerne aos valores pagos durante a fiscalização, e multa isolada referente a 2006.

22.2. Processos trabalhistas: Com base na avaliação efetuada por seus assessores jurídicos externos, a Companhia e suas controladas possuem riscos trabalhistas e previdenciários no montante de R\$10.681 (R\$14.268 e R\$16.772 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em ações movidas por ex-funcionários cujo risco de perda é provável, conforme opinião dos assessores jurídicos externos, totalizando cerca de R\$3.653 (R\$3.891 e R\$3.494 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente). A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, estão envolvidas em 82 processos trabalhistas, cujos riscos foram considerados possíveis, no valor de R\$5.394 (R\$2.955 e R\$3.164 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, correspondentes a 90 e 105 processos, respectivamente). Entre os processos trabalhistas que representam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes: **a)** Processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, em 31 de dezembro de 2010, está em fase de execução provisória em primeira instância; há recurso de revista da Companhia pendente de julgamento. O valor bruto envolvido é de R\$1.661, cuja perda é classificada como provável. **b)** Processo/expediente que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Roberto Costa contra as seguintes empresas: T4F Inveriones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimentos Argentina S.A., B.A. Inveriones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante invoca, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e o pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multa previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa em 10 de dezembro de 2010, por cada uma das empresas reclamadas, e aguarda a instrução e o julgamento do processo, sendo o valor envolvido de R\$2.843, cuja perda é classificada como possível.

22.3. Processos cíveis e outros: A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis no montante de R\$7.656, classificados como risco de perda provável (R\$4.176 e R\$1.448 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente). As principais alegações no Brasil advêm de violação a normas consumeristas e negativa de venda de ingressos com 50% de desconto (decorrentes de leis referentes a "meia-entrada") e na Argentina perseguem responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor. Entre os processos cíveis que representam contingências relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes: **a)** Entre os processos cujo risco de perda é classificado como possível, inclui-se o litígio com o Clube Atlético Mineiro, no valor de R\$27.855 em 31 de dezembro de 2010, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autoriza, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. O processo encontra-se em fase de julgamento em primeira instância, mediante oitiva de testemunhas arroladas pelas partes. **b)** A Companhia é autora reconvida em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil, ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy pleiteia a condenação da Companhia em cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e de acordo com os advogados, a chance de perda da Companhia é possível. **c)** A Companhia é parte ativa em duas ações renovatórias de contratos de locação dos imóveis nos quais a Companhia opera duas de suas casas de espetáculos: (i) Citibank Hall; e (ii) Credicard Hall, ambas em São Paulo. Tais ações foram propostas em fevereiro de 2008 e em julho de 2009 e tramitam perante a 2ª e 28ª Varas Cíveis do Foro Central da Comarca de São Paulo, respectivamente; no polo passivo da ação citada no item (i) anterior figura a Associação Brasileira de Educação e Assistência - ABEA e no polo passivo da ação citada no item (ii) anterior está a Companhia Horário Sabino Coimbra - Comércio e Participações Ltda. Segundo os advogados da Companhia, a probabilidade de perda na ação do item (i) anterior é provável e a probabilidade de perda na ação do item (ii) é remota. Ambos os processos estão em fase de produção de prova pericial, para posterior decisão de primeira instância. **d)** A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Especial do Foro Central da Comarca do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa nesse processo, e em 31 de dezembro de 2010 o processo aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos advogados da Companhia, o risco de perda é possível; e (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia na restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia já apresentou defesa, e aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos advogados da Companhia o risco de perda é possível. **e)** A Companhia, nos anos 2009 e 2010, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$2.721. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e de destinação de verbas de meia-entrada para estudantes no município de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade em condutas infrintoras ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos são classificados como risco de perda possível, e todos os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, esta poderá discutir tais autuações na esfera judicial.

22.4. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora (BR GAAP)	2009	Adições	Baixas	Reversão	Atualização monetária	2010
Trabalhistas	17.722	581	(572)	(4.064)	543	14.210
Cíveis	3.266	2.962	(333)	–	–	5.895
Tributárias	3.565	1.072	(1.264)	(880)	148	2.641
Total	24.553	4.615	(2.169)	(4.944)	691	22.746

Consolidado (IFRS)	2009	Adições	Baixas	Reversão	Atualização monetária	2010
Trabalhistas	18.159	665	(622)	(4.046)	641	14.797
Cíveis	4.176	4.159	(359)	(384)	122	7.714
Tributárias	7.642	1.722	(1.367)	(1.335)	236	6.898
Total	29.977	6.546	(2.348)	(5.765)	999	29.409

Exercício de 2009

Controladora (BR GAAP)	2008	Adições	Baixas	Reversão	Atualização monetária	2009
Trabalhistas	19.268	1.480	(89)	(3.637)	700	17.722
Cíveis	4.005	3.016	(139)	(16)	–	3.266
Tributárias	4.231	–	–	(856)	190	3.565
Total	23.904	4.496	(228)	(4.509)	890	24.553

Consolidado (IFRS)	2008	Adições	Baixas	Reversão	Atualização monetária	2009
Trabalhistas	20.266	2.016	(89)	(4.566)	532	18.159



T4F ENTRETENIMENTO S.A. CNPJ: 02.860.694/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$ e/ou milhares de dólares norte-americanos - US\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Table with 10 columns: 1º de janeiro de 2008, Reconhecidos no resultado, Reconhecidos em outros resultados abrangentes, Reconhecidos no resultado, Reconhecidos em outros resultados abrangentes, Reconhecidos no resultado, Reconhecidos em outros resultados abrangentes, Reconhecidos no resultado, Reconhecidos em outros resultados abrangentes, Importância segregada 2010, 2009, 2008. Includes sections for Impostos diferidos ativos sobre, Responsabilidade civil geral e estabelecimentos, Seguro patrimonial - estabelecimentos, Modalidade, and 32. COBRIGACÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

33. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES: A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano. As tranches anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas. Desde a data de aprovação do referido Plano foram celebrados contratos de opções e outorga para sete executivos contemplados, entretanto, em datas distintas, conforme determinam os contratos, os ganhos dessas opções serão liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo; portanto, a Companhia registrou essa obrigação como um passivo financeiro em 31 de dezembro de 2010. O valor justo dessas opções foram calculados com base no modelo "Black & Scholes" no fim de cada exercício social, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007. Tendo em vista que o valor justo desse passivo financeiro acumulado até 31 de dezembro de 2009 era zero, os efeitos foram refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (vide nota explicativa nº 26) e estão apresentados a seguir:

Table with 5 columns: Ano da outorga, Quantidade de opções outorgadas, Valores registrados no exercício findo em 31/12/10, Valores a registrar em exercícios futuros. Includes sections for 34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO and 35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO: A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes do Grupo, que são regularmente reservados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais foi identificado pelos principais executivos da Companhia. a) Operações e resultados dos segmentos: Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas a: i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e iii) eventos esportivos. A segmentação por atividade é, ainda, descrita por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2010. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como com as políticas contábeis aplicadas.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 36. LUCRO POR AÇÃO and 37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

36. LUCRO POR AÇÃO: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Diluído: O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocam diluição; dessa forma, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, conforme descrito na nota explicativa nº 37.

Table with 5 columns: Descrição, Valor de referência (nacional), Valor justo, Efeito acumulado - 2009, Valor a receber, Valor a pagar. Includes sections for 38. EVENTO SUBSEQUENTE and 39. RISCO DE MERCADO.

38. EVENTO SUBSEQUENTE: Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foram deliberados os seguintes principais eventos que, pelas suas características, não alteram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2010, sendo eles: a) O grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão de 4:1, de forma que cada 4 (quatro) ações ordinárias de sua emissão passam a corresponder a 1 (uma) ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 (duzentas e vinte e nove milhões, oitocentas e sessenta e cinco mil, duzentas e quarenta e oito) ações ordinárias para 57.466.312 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e trezentas e doze) ações ordinárias, as quais serão distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações. b) Aprovar a abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A", nos termos da Instrução CVM nº 460/09. c) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia em razão da deliberação tomada no item b) anterior, bem como adaptá-lo às exigências legais e regulamentares aplicáveis a companhia aberta e decorrentes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, incluindo, mas não se limitando a: i) novas designações e atribuições aos cargos da Diretoria; e ii) a previsão de regras especiais em caso de alienação do controle da Companhia ou atingimento de participação relevante, cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 39. RISCO DE MERCADO and 40. RISCO DE CREDITO.

39. RISCO DE MERCADO: Em decorrência de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. Até 31 de março de 2010 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos de "swaps" para administrar sua exposição a variação do dólar-americano. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia está exposta a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros, conforme item a) anterior. g) Risco de crédito: Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. h) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 40. RISCO DE CREDITO and 41. RISCO DE LIQUIDEZ.

40. RISCO DE CREDITO: Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. h) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 41. RISCO DE LIQUIDEZ and 42. RISCO DE LIQUIDEZ.

41. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 42. RISCO DE LIQUIDEZ and 43. RISCO DE LIQUIDEZ.

42. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 43. RISCO DE LIQUIDEZ and 44. RISCO DE LIQUIDEZ.

43. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 44. RISCO DE LIQUIDEZ and 45. RISCO DE LIQUIDEZ.

44. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 45. RISCO DE LIQUIDEZ and 46. RISCO DE LIQUIDEZ.

45. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 46. RISCO DE LIQUIDEZ and 47. RISCO DE LIQUIDEZ.

46. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 47. RISCO DE LIQUIDEZ and 48. RISCO DE LIQUIDEZ.

47. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 48. RISCO DE LIQUIDEZ and 49. RISCO DE LIQUIDEZ.

48. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 49. RISCO DE LIQUIDEZ and 50. RISCO DE LIQUIDEZ.

49. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 50. RISCO DE LIQUIDEZ and 51. RISCO DE LIQUIDEZ.

50. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 51. RISCO DE LIQUIDEZ and 52. RISCO DE LIQUIDEZ.

51. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 52. RISCO DE LIQUIDEZ and 53. RISCO DE LIQUIDEZ.

52. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 53. RISCO DE LIQUIDEZ and 54. RISCO DE LIQUIDEZ.

53. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 54. RISCO DE LIQUIDEZ and 55. RISCO DE LIQUIDEZ.

54. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 55. RISCO DE LIQUIDEZ and 56. RISCO DE LIQUIDEZ.

55. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 56. RISCO DE LIQUIDEZ and 57. RISCO DE LIQUIDEZ.

56. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 57. RISCO DE LIQUIDEZ and 58. RISCO DE LIQUIDEZ.

57. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 58. RISCO DE LIQUIDEZ and 59. RISCO DE LIQUIDEZ.

58. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 59. RISCO DE LIQUIDEZ and 60. RISCO DE LIQUIDEZ.

59. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 60. RISCO DE LIQUIDEZ and 61. RISCO DE LIQUIDEZ.

60. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 61. RISCO DE LIQUIDEZ and 62. RISCO DE LIQUIDEZ.

61. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 62. RISCO DE LIQUIDEZ and 63. RISCO DE LIQUIDEZ.

62. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 63. RISCO DE LIQUIDEZ and 64. RISCO DE LIQUIDEZ.

63. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 64. RISCO DE LIQUIDEZ and 65. RISCO DE LIQUIDEZ.

64. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 65. RISCO DE LIQUIDEZ and 66. RISCO DE LIQUIDEZ.

65. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 66. RISCO DE LIQUIDEZ and 67. RISCO DE LIQUIDEZ.

66. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 67. RISCO DE LIQUIDEZ and 68. RISCO DE LIQUIDEZ.

67. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 68. RISCO DE LIQUIDEZ and 69. RISCO DE LIQUIDEZ.

68. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 69. RISCO DE LIQUIDEZ and 70. RISCO DE LIQUIDEZ.

69. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Table with 5 columns: Rubrica, Contas patrimoniais, Nota explicativa, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008, 2010, 2009, 2008, 1º de janeiro de 2008. Includes sections for 70. RISCO DE LIQUIDEZ and 71. RISCO DE LIQUIDEZ.

70. RISCO DE LIQUIDEZ: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas